



Editorial

A educação confessional: memória e concepção

Em 1996 a Lei 9.394, no artigo 20, definiu que as escolas privadas confessionais são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas. Estas escolas se confundem com a história da educação brasileira. Efetivamente, as escolas confessionais, com a leitura própria de mundo inserida no cenário da escola privada são, segundo uma pesquisa publicada em 2013 pela Fundação Getúlio Vargas em parceria com a Federação Nacional das Escolas Particulares em São Paulo, aproximadamente 8.322.219 instituições privadas para a educação básica (Educação Infantil, Fundamental I e II, Ensino Médio). Entre estas encontramos escolas católicas, protestantes, judaicas e islâmicas.

Porém, o maior número de escolas está vinculado às igrejas cristãs, em sua maioria articuladas em associações como a Associação de Educação Católica (ANEC); Associação Nacional de Escolas Batistas (ANEB); Associação Nacional de Escolas Presbiterianas (ANEO), ou ainda a Associação Nacional das Escolas Cristãs por Princípios (AECEP) e o Conselho Geral das Instituições Metodistas de Ensino (COGEIME).

Visando compreender a construção da identidade da confessionalidade, foi proposto a um grupo de pesquisadores que, a partir de diferentes estruturas escolares confessionais, fosse identificada a compreensão do artigo 20. São pesquisas qualitativas e documentais no cenário brasileiro em instituições cristãs, e a escolha destes pesquisadores foi a da representação de grupos com impacto nacional educacional e leitura religiosa.

O primeiro texto, resultante do projeto “História e concepção da educação cristã” no programa Identidade Confessional do Grupo de Pesquisa Educação e Religião de Curitiba e produzido pelos pesquisadores Sérgio Junqueira e Valéria Andrade, propõe que a Escola Confessional Católica surgiu com a pretensão de ser parte da missão da Igreja, como meio privilegiado para a formação integral do ser humano. Portanto, é parte integrante da missão da Igreja e lugar de evangelização, de autêntico apostolado e de ação pastoral, sendo que a confessionalidade deve permear toda a estrutura administrativa e projeto acadêmico da instituição: em seu estatuto, em sua ética, na presença e atuação da pastoral ou nos estudos de textos sagrados extracurriculares, nas disciplinas e no seu objetivo de formação integral da pessoa. Ser confessional não pressupõe fazer proselitismo ou impor as convicções religiosas da escola a estudantes, professores e funcionários. A sociedade hoje vive a pluralidade, a liberdade religiosa e o respeito às crenças individuais e é necessário saber e fazer a diferença entre Academia e Igreja, fé e ciência. Contudo, como instituição confessional, a escola se reserva o direito de testemunhar sua crença.

Em seguida, coube aos pesquisadores Remi Klein e Tiago Becker explorar a leitura educacional luterana e explicitar que a base teológica que sustentou toda a relação entre Igreja e educação foi na realidade a tentativa estabelecida pela Reforma de recuperar a Palavra de Deus como elemento dinâmico e criativo. Pois Lutero propôs o retorno da palavra em diferentes formas, entre elas a valorização da leitura e interpretação da Bíblia, o acesso a obras como o “Catecismo Menor” e a própria capacidade de poder proferir suas palavras de acordo com o sacerdócio de todos os crentes. Com este percurso, a escolarização foi fundante.

Já o pesquisador Antônio Maspoli, de São Paulo, propõe apresentar a leitura da educação presbiteriana e compreender, no sistema complexo da doutrina, a articulação da proposta teórica destas instituições no Brasil.

O quarto texto, de Douglas Meslin, sobre a educação adventista, dá destaque ao contexto do Brasil, ocorrido como parte da empreitada missionária de uma recém-formada denominação protestante que se originou no norte dos Estados Unidos. E, apesar de iniciar as atividades educacionais quase que concomitantemente com o estabelecimento de grupos de pessoas que estavam se tornando adeptos da denominação, a

penetração do adveníssimo no Brasil aconteceu, primariamente, com o envio de missionários vendedores de literaturas religiosas. Esta proposta é uma das que mais encontrou espaço em território brasileiro.

A pesquisadora Mônica Pinz Alves expõe seu estudo sobre a Educação Batista, que é uma das leituras cristãs para educação formal, que tem como objetivo proporcionar o desenvolvimento do indivíduo como um todo e oferecer-lhe condições de crescer em sua vida espiritual, no conhecimento de Deus e das Escrituras. Pode-se então entender que esse crescimento leva em conta o ser humano em seus aspectos físicos, emocionais, espirituais e sociais. Dentro dessa visão, o maior exemplo de desenvolvimento integral é o próprio Jesus, e a Bíblia relata em Lc 2,52 que ele “crescia em sabedoria, em estatura e em graça diante de Deus e dos homens”. Esse é um dos poucos relatos sobre a infância de Jesus que se encontra na Bíblia.

Este dossiê encerra-se com a contribuição de Adrian-Mario Gellel, um dos organizadores do projeto internacional sobre a educação religiosa nas escolas católicas em nível internacional. Seu artigo nos apresenta os resultados desta longa pesquisa, reunidos e publicados no Relatório Final, em 2015. Tais resultados nos permitem compreender que a educação confessional se propõe e se consolida a partir da estrutura e legislação dos países, em diálogo com os princípios da Igreja — neste caso, Católica.

Esperamos que estes artigos colaborem na ampliação das pesquisas no cenário educacional brasileiro da compreensão das instituições confessionais que, ao longo do território nacional, adotam uma confissão explícita no desempenho de suas atividades e fundamentalmente acreditam no que fazem, defendendo sua prática como sendo o modelo ideal a ser desenvolvido mesmo no âmbito educacional. Desta forma, ao pensar em uma instituição educacional, esta requer uma filosofia de educação, que, por sua vez, exige ideias, métodos e valores e se orienta para o ideal na educação. Por trás disso, e influenciando cada escolha que se faz, está uma concepção de vida, de mundo, de sociedade, de ser humano que por fim irá determinar o método.

Destacamos que os objetivos que propõe a educação confessional são ir além da acumulação de conhecimento cognitivo, da preparação para o mundo de trabalho, do autoconhecimento, da competição de modo

efetivo com o ambiente e enxergar o educando como um todo, capaz de agir e decidir por si aquilo que considera importante para sua vida num contexto de coletividade ou comunidade.

Concluído o dossiê temático, o presente número de *Pistis & Praxis* nos brinda com seis preciosos artigos, nas áreas de Exegese, Revelação e diálogo entre Teologia e Tecnologia.

O biblista Osvaldo L. Ribeiro (Faculdade Unida de Vitória) ensaia uma detalhada reflexão sobre traduções do Salmo 23, com foco na *Sintaxe e semântica de חסר na Bíblia Hebraica*. Com acurado estudo linguístico e exegético, Ribeiro traz ao debate uma nova hipótese: a possibilidade de tal raiz ser traduzida com o sentido de “faltar”, resultando na compreensão do Salmo 23,1 como “o Senhor é meu pastor, não faltarei”, isto é, “não morreréi”. Em sua argumentação, menciona ocorrências deste sentido em passagens seletas do Primeiro Testamento hebraico, do Pentateuco aos Profetas, incrementando deste modo o trabalho permanente de perscrutar novos sentidos nas antigas letras da Escritura.

Luiz Alexandre Rossi e Alfredo R. Belinato Barreto (PUCPR), por sua vez, tratam da *Koinonia cristã como pressuposto hermenêutico da comunidade primitiva de Atos do Apóstolos*. Com efeito, a comunhão (*koinonia*) de fé e de vida, incluída a partilha dos bens, é marca distintiva da comunidade cristã em Atos dos Apóstolos: revela a identidade e o modo de ser dos primeiros cristãos, com força de exemplaridade (cf. At 2,42-47; 4,32-35; 5,12-16). Assim, a *koinonia* pode ser assumida como chave hermenêutica para esses textos lucanos de Atos, da qual se depreende um projeto mais amplo de vivência e moderação das relações comunitárias, em coerência prática com a boa-nova de Jesus.

Da Faculdade Unidade de Vitória nos vem, ainda, outra contribuição em campo bíblico, com o artigo *O Apocalipse de João e a interpretação cosmológica do mundo romano*, de Kenner Terra. Repleto de símbolos instigantes, este artigo aborda o Apocalipse como expressão narrativa da realidade: não apenas como reação aos contextos de opressão, mas como construção discursiva a respeito do sistema romano que, para o visionário, seria a negação da ordem devida, segundo Deus. Nesta perspectiva, a perplexidade do terror se faz instrumento de persuasão, servindo — na estratégia do visionário — para descrever o seu próprio contexto como realidade caótica.

Mediante estratégias narrativas, o Apocalipse critica o sistema e o modo de viver romanos, ajuizado sobre o tempo presente e acenando ao futuro escatológico cujo desfecho compete, em sentido último, a Deus.

O prof. Newton Aquiles von Zuben (PUC-Campinas) nos apresenta *A Revelação no pensamento de Martin Buber*, compreendida na interpresencialidade eu-Tu que caracteriza a relação entre humanidade e divindade. Esta abordagem nos remete ao terreno da cultura e religião judaicas, familiares a Buber, com foco no Deus ao mesmo tempo *transcendente e presente*. Esta dupla característica assinala a experiência de fé como encontro primordial com o Tu absoluto, irredutível ao conceito, mas potente em sua irradiação como Aquele-que-é, ou melhor, Aquele-que-está (IHWH).

Na esteira da Revelação também se põe a refletir a teóloga Cleusa Caldeira (FAJE), a respeito do *Teologia e niilismo pós-moderno*. A autora discorre especificamente o novo paradigma da teologia da Revelação proposto pelo teólogo mexicano Carlos Mendoza Álvarez, em sua contínua e criativa recepção da Constituição Dogmática *Dei Verbum* (Concílio Vaticano II). Este teólogo parte do realismo ontológico do niilismo — recebido no contexto latino-americano — para desenvolver uma ontologia relacional na gratuidade, por meio da qual será possível afirmar tanto a livre iniciativa divina em salvar-nos, quanto a liberdade humana em acolher tal dom. A aproximação articulada entre subjetividade humana e alteridade divina, em Mendoza, descortina para nossos dias um novo diálogo entre Atenas e Jerusalém.

Questões de método e hermenêutica teológica ganham corpo na pena do Prof. Pedro Rubens, da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), com seu artigo *Une méthode théologique aux prises avec le statut herméneutique de la foi*. O autor parte da tríplice tarefa da Teologia Fundamental – tarefa interpretativa (hermenêutica), reflexiva (epistemológica) e auto-implicativa (consciência do que é próprio à fé cristã) – para propor um método teológico que seja, a um tempo, discernimento da fé cristã em meio às múltiplas experiências religiosas, tantas vezes ambíguas. Postas essas questões de método, Rubens se aproxima dos terrenos ou contextos do fazer teológico, num diálogo com Paul Tillich e Clodovis Boff. A Teologia Fundamental dinamiza as questões hermenêuticas, enquanto que os terrenos históricos trazem à tona as questões contextuais:

articular hermenêutica e contextos no método teológico é uma das contribuições de Rubens no artigo.

Enfim, o prof. Jelson Roberto de Oliveira (PUCPR) propõe-nos uma instigante reflexão sobre as chamadas *tecnologias convergentes* ligadas ao Projeto de Aprimoramento do ser humano (*Enhancement Project*), mais especificamente ao Trans-Humanismo. Primeiramente, o autor traça uma breve retrospectiva desta tendência, com suas premissas e escopos de melhoramento do ser humano, com suas aproximações efetivas entre terapia e biotecnociência. A seguir, apresenta-nos uma questão relevante para a Teologia: de que modo a tecnologia (de proposta trans-humanista) se utiliza de argumentos do mundo religioso? – Pois, como demonstra o autor, tais abordagens conferem uma “face divina” à tecnologia, apresentada como enfrentamento da morte, fonte de sentido para a vida e fundadora de uma nova escatologia. Diante de tais ensaios, tanto a Filosofia quanto a Teologia são convocadas ao discernimento e debate.

Aos leitores e leitoras, nossa estima e votos de uma frutuosa leitura!

Marcial Maçaneiro – PUCPR
Sérgio Rogério Azevedo Junqueira – UFPR